



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

LUIZ PHELIPE ARAÚJO DOS SANTOS

**UMA REFLEXÃO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E
PRIVADOS A PARTIR DAS FALAS DE PIXADORES (AS) DO DF**

Brasília - DF

2019

LUIZ PHELIPE ARAÚJO DOS SANTOS

**UMA REFLEXÃO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E
PRIVADOS A PARTIR DAS FALAS DE PIXADORES (AS) DO DF**

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília como parte das exigências para a
obtenção do título de Bacharelado em
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto
Machado

Brasília - DF

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, em especial aquela mais próxima de mim, que conviveu comigo, que aguentou e ainda aguenta todas as minhas paranoias e estresses durante todo o período do curso de Ciência Política e da minha vida, dos quais nomeio Evandro Luiz dos Santos, meu pai, que proporcionou toda a estrutura que se precisa para ter um boa educação, mesmo em meio a dificuldades diversas, ao longo dos anos de minha vida, nunca deixou que faltasse qualquer detalhe importante para que eu pudesse hoje estar apresentando este trabalho de conclusão do curso. Também a minha mãe, Luciana Araújo do Nascimento, que me criou para que pudesse enxergar o certo e o errado nesse mundo da forma mais justa possível mas que soubesse quando estivesse errado, parar e ouvir ao próximo. Agradeço imensamente meu irmão, João Luiz dos Santos, a qual em todos os momentos de instabilidade na minha vida esteve sempre pronto a me ajudar, da melhor maneira, para que eu pudesse me reerguer, digo com toda a certeza do mundo que é ele a minha maior inspiração, especialmente quando o assunto é criatividade. Os agradecimentos também vão a Maria José Luiz, Rozênio Luiz, Semiria Luiz, Tiago Junior Luiz, Luiz Augusto Machado e Luiz Fernando Guedes. Agradeço a Cristiane Pereira de Sousa e a Stephannye Karolyne de Sousa Cardoso que proporcionaram e tiveram paciência para me ensinar novas perspectivas de viver e de ver o mundo.

Outro aspecto da minha vida a qual devo agradecer, e que considero minha segunda família, são meus amigos e amigas mais próximas que também estiveram comigo nos momentos mais complicados durante a graduação, alguns até mesmo antes, e que eu não poderia ter chegado até aqui sem que estes e estas não tivesse me proporcionado muitas risadas, muitos abraços e conselhos. São estes e estas: Natália Evangelista, Fernanda Evangelista, minhas irmãs espirituais, suas mães Maria Aparecida Evangelista e Silvia Evangelista. Agradeço também aos amigos de longa data Átila Fauzi Borges e Gleydson Araújo de Lima, Ludmilla Brasil, Tainá Oliveira e Letícia Magalhães, Gabriela, Jamille Guedes, Mateus Castro, Lorena Ornelas, José, César Augusto e Ulli Para-Asú por fazerem parte desta segunda família que pude escolher, é muita inspiração e apoio intelectual e criativo recíproco. Agradeço as amizades que pude fazer dentro do curso, principalmente pelo compartilhamento de conhecimentos, felicidades e experiências: Luiz Gabriel Madureira, Ana Carolina Vaz, Gustavo Serafim, Mariana Mesquita, Pedro Paulo, Ícaro Felipe, Helena Esteves, Letícia Camillo, Beatriz Vilela, Priscila Milhomem, Lara Ulisses, João Gonzalez, Luiza Lucchesi.

Àquelas e aqueles que não cito, deixo meu agradecimento também. Mesmo que não os cite nos agradecimentos, acredito que saibam que foram e são importantes durante e depois de minha graduação.

Agradecimento mais especial ainda à Frente Negra de Ciência Política – Ubuntu, na qual pude crescer enquanto pessoa e aprender mais sobre ancestralidade, raízes e coletividade sob uma perspectiva decolonizada. Em especial cito: Mayra Dutra, Nailah Veleci, Maiara Alice Oliveira, Thaís Cardoso e Heitor Veras, mas agradeço também todos e todas as integrantes da frente. O caminho ainda é grande para todas nós, mas caminhamos juntos e conseguiremos.

O todo deste trabalho também não poderia ter acontecido se não fosse o corpo docente e o corpo de funcionários do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. A qualidade de ensino a qual pude ter acesso, o convívio e conhecimento acadêmico que me foi proporcionado é tamanho que não posso mensurar o agradecimento. O agradecimento vai desde a secretaria em um todo, pela paciência, até os e as terceirizadas do prédio que com muito carinho cuidou para que pudesse ter um ambiente de estudo sempre saudável. Agradeço mais ainda ao Carlos Augusto de Mello Machado, orientador deste trabalho, que desde o primeiro dia de aula procurou construir um ambiente acadêmico mais saudável e sempre me proporcionou novos conhecimentos, além de ter sido sempre muito prestativo e compreensivo, é com plena certeza, um dos professores mais capacitados do Instituto de Ciência Política. Cito ainda mais alguns intelectuais e funcionários do Instituto que foram muito importantes no decorrer da minha formação acadêmica, através da sala de aula, mesas de debate e também através de conversas de corredor: Danusa Marques, Flávia Biroli, Graziela Dias Teixeira, Marilde Loiola, Aninho Mucundramo Irachande, Thiago Trindade e Rebecca Abers. Na secretaria: Gizelle, Fábio e Yuiti, com quem tive mais contato e nos desesperos sempre estiveram prontos para ajudar.

Agradecimento mais que especial à Karol Antunes por ter, junto comigo, realizado as entrevistas com os pixadores e pixadoras do Distrito Federal, e que foi responsável por boa parte da metodologia apresentada neste trabalho. Dessa forma foi possível construir um trabalho de conclusão do curso muito mais interessante à academia e à sociedade. Junto a este agradecimento também está aos próprios pixadores e pixadoras que aceitaram conversar conosco sobre suas experiências e realidades tão complexas apresentadas nesse trabalho.

Por fim, agradeço aos meus ancestrais e aos estudantes negros/as que vieram à Universidade de Brasília e se formaram antes de mim, que também batalharam em batalhas parecidas às minhas em um ambiente e uma sociedade que está sempre tentando te derrubar. Fomos e somos fortes pois nós sabemos o potencial dos nossos, quando tão poucos acreditavam.

ÉPIGRAFE

“Quem não tem papel, dá o recado no muro” - Visto em uma
passagem subterrânea na Asa Norte em Brasília/DF

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I.....	10
Metodologia de pesquisa.....	10
Capítulo II.....	14
Escrito na parede.....	14
O que é pixação e como ela se constitui na nossa sociedade?.....	15
O campo da Produção Cultural.....	18
Capítulo III.....	19
Sobre Espaço Público e Espaço Privado.....	19
Espaço e propriedade pública e a Pixação.....	20
Espaço e propriedade privada e a Pixação.....	25
Capítulo IV.....	28
Sobre espaço e propriedade comum e a Pixação.....	29
CONCLUSÃO.....	33
BIBLIOGRAFIA.....	34

RESUMO

Esta monografia procura entender e analisar, através de entrevistas e a bibliografia mais utilizada sobre propriedade e espaços públicos e privados para entender e refletir como esses espaços são atingidos e apropriados pelos pichadores e pichadoras. A “Pixação” com “x” se mostra necessário, tendo em vista o teor político utilizado para protestar contra à “Pichação” com “ch” pois representa uma forma mais “suja” de ver a rua. Esta pesquisa buscou, através da conversa com os pixadores(as) e ex-pixadores(as) do DF (Distrito Federal) captar a ação por trás do discurso jogado na parede através do spray de tinta. As entrevistas possuem um poder extremamente simbólico e importante para o trabalho que é o de desmistificar, mas também reforçar, diversos entendimentos sobre a temática. É possível compreender que a pixação vai muito além de um simples ato de rebeldia, há, por trás de cada autor, um potencial de denúncia sobre como nossa sociedade têm se construído de forma desigual utilizando os espaços públicos e privados como ferramentas de intensificação das desigualdades.

Palavras-chave: Pichação; Pixo; Privado; Público; Comum

Introdução

Este trabalho tem como centralidade os sujeitos sociais e políticos pixadores do Distrito Federal e como sua vivência reconstrói e desconstrói o entendimento tradicional dos espaços de vivência entre os indivíduos, os espaços públicos e privados, quer sejam prédios público ou privados, casas, escolas, bancos, ou qualquer outro espaço de interação entre sujeitos. O texto, portanto, se pretende e se preocupa com a ação por trás dos rabiscos vistos constantemente nas paredes do Distrito Federal e em qualquer cidade ou metrópole, mas que poucos, ou ninguém, busca entender quais os processos envolvidos em cada traço.

A interpretação mais básica de um muro é o de separar o que é meu, o que é seu, o que é dele e o que pode ou não ser meu, seu e também dele. Um muro também pode dizer o que é meu e dele, mas talvez não seja seu, ou pode ser dele e seu mas eu não posso ter acesso ao que se tem atrás daquele muro. A princípio, essa anedota é confusa e parece dar voltas, mas é essa relação de desigualdade, quem pode e quem não pode, que parece impulsionar o campo da pichação. Tendo em vista esse questionamento, apresento no trabalho uma conversa com pixadoras e pixadores que constantemente desafiam o entendimento desses muros e dos espaços público/privados que se escondem, ou não, atrás desses muros. O texto é, portanto, um convite para a reflexão de como se constitui os espaços que constroem a cidade, hoje, com diversos condomínios fechados e muros cada vez mais altos. É uma reflexão sobre a ressignificação e (re)apropriação dos espaços privados e públicos pelos pixadores e pixadoras.

Nas conversas, que serão apresentadas com mais detalhes ao longo do trabalho, e que podem ser acessadas na íntegra, é possível recolher uma concepção de que os praticantes estão colocando em xeque os usos e direitos dos espaços. Mesmo aqueles que buscam somente a fama, motivação mais comum relatada, parecem questionar quem tem direitos e deveres para com o espaço público/privado.

Capítulo I

Metodologia de pesquisa

Os pichadores se apropriam dos diversos espaços dentro da cidade, tornando-a sua também. Reflete sobre um constante assimetria entre um entendimento de sujeira do pixo e a própria sujeira da cidade. São várias as áreas de conhecimento que se tornam importantes para a tentativa de entender a questão da pichação e como ela se constitui dentro da nossa sociedade.

A pichação segue inúmeras vertentes, seja ela de caráter político, de autopromoção ou só por diversão, não deixa de ser pichação. Neste trabalho vamos usar pichação com a letra ‘x’, que é um termo usado em protesto à “pichação” com ‘ch’, pois a palavra influencia em uma leitura mais suja, *vandal*, de combate à tentativa de normatividade da sociedade sobre a comunidade de pichadores.

Para obter informações sobre o tema foi utilizada, como principal ferramenta metodológica, a realização de entrevistas com pixadores e ex-pixadores do Distrito Federal e entorno. O interesse estava no ponto de vista de dentro do movimento sobre as questões que os rodeia, dando propriedade a pesquisa produzida. Todas as entrevistas foram captadas em áudio e posteriormente transcritas para análise e comparação.

Para realizar as entrevistas, foi preciso fazer uma curadoria de nomes. Foi usado contatos antigos e mídias sociais como whatsapp, Instagram e Facebook para procurar pessoas interessadas em realizar as entrevistas. A pesquisa foi pensada, elaborada e aplicada em conjunto com outra pesquisadora graduanda da área de Comunicação Social, Karolyne Antunes. No total foram 12 entrevistas feitas e decupadas. Quase total dos entrevistados têm entre 20 e 30 anos, moradores das satélites, como Gama, Riacho Fundo 1 e 2, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia, Vicente Pires, Paranoá e das cidades Valparaíso de Goiás, Goiânia e São Paulo. Cada entrevista teve uma duração média de 25 minutos e foram feitas realizadas nos mesmos locais que os pixos se encontram: na rua.

Segundo Jorge Duarte (2005, p. 64), a entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais

o indivíduo entrevistado está ou esteve envolvido. As entrevistas realizadas seguiram o seguinte modelo:

Pesquisa	Questões	Entrevista	Modelo	Abordagem	Respostas
Qualitativa	Semi- estruturadas	Aberta	Roteiro	Profundidade	Indeterminadas

As questões semi-estruturadas se baseiam em um modelo de roteiro onde as questões são estruturadas com antecedência mas sem exatidão nas perguntas elaboradas, possibilitando pequenas modificações conforme a abertura e as inferências do indivíduo durante a conversa.

A entrevista aberta busca tratar o tema com fluidez e de forma flexível, sem sequência fixa ou questões com respostas predeterminadas. Um tema inicial é trabalhado e desenvolvido de acordo com o ritmo do entrevistado. Porém, nesta entrevista, será utilizado a mesma estrutura pré-pronta para todos os entrevistados. O grande desafio do entrevistador está em manter o foco da entrevista e sempre trazer o assunto de volta ao tema central, realizado, na maioria das vezes, com roteiros semi-estruturados.

As perguntas trabalhadas nas entrevistas se pretenderam a uma conversa dinâmica com os e as entrevistadas. É possível localizar uma linha de raciocínio entre todos os entrevistados, mas também há aqueles no meio da pixação que apresentam outros entendimentos de forma a divergir do padrão de resposta.

Para fazer as entrevistas, ou melhor, conversas, foi preciso ultrapassar algumas barreiras e dificuldades. O primeiro contato ocorreu através de pessoas que conhecia e que tinha contato com alguém que fazia parte deste grupo cultural, e que estivessem abertos a conversar. Foram poucos contatos inicialmente, mas na medida que a primeira e segunda entrevistas ocorreram, os próprios pixadores passaram outros contatos.

Com uma lista ainda pequena de pessoas para entrar em contato, fez-se necessária uma divulgação no Instagram, Facebook e Twitter para que outros conhecidos pudessem indicar mais nomes. Foram mais de trinta contatos e muitas recusas, ora por medo, ora por falta de interesse ou até o sentimento de que o pixo deve ficar somente para os que pixam, sendo assim

um assunto particular. Dentre esses contatos, apenas quatro eram mulheres e duas aceitaram ceder entrevista. Para marcar as entrevistas foi preciso uma força tarefa. Foram vários dias conversando com os pixadores para que pudéssemos marcar as entrevistas pessoalmente, e mesmo assim, duas dessas precisaram ser feitas via whatsapp, pois eram pixadores de grande notoriedade que estavam impossibilitados de fazer esta entrevista pessoalmente.

Com as entrevistas marcadas, foi preciso fazer o deslocamento para os encontrar. Todas as entrevistas foram feitas na rua, desde Gama até UnB Campus Darcy. Alguns mais fáceis de acessar, outros nem tanto. No total, 21 entrevista foram feitas, mas apenas 12 foram decupadas e usadas no trabalho. Isso ocorreu porque alguns áudios não atingiram a qualidade necessária para fazer a transcrição e outras estavam com baixa qualidade quanto a conteúdo. As entrevistas eram feitas independentemente do estado físico e mental do entrevistado, alguns deles estavam sob efeito de álcool e/ou maconha, o que atrapalhava a plena consciência sobre o que era conversado. Infelizmente a pesquisa teve esta pequena perda de material, mas apesar disso, as experiências foram de grande valor. Mesmo que não estejam no material físico, estão no entendimento pessoal sobre o tema que proporciona o enriquecimento do debate.

A seguir faço uma pequena explicação do porquê foram feitas as perguntas e como elas são importantes para entender os elementos e a lógica de reflexão na produção cultural dos pixadores:

“Como você começou a pixar?” A importância dessa pergunta está em compreender o contexto do pixador, saber seu local de fala e entender sua complexidade na cidade e assim dar prosseguimento à conversa. Nessa pergunta muitos já começavam a contar sua história de vida, fora alguns mais tímidos. Ainda assim, a maioria seguiu o padrão de aproveitar a abrangência da pergunta. Aqui, muitos já respondiam questões que seriam feitas posteriormente.

“Sentimento de ser dono da rua” Essa foi a pergunta mais polêmica, muitos cediam à provocação e brigavam com a pergunta. As respostas foram as mais variadas possíveis, desde “nunca serei o dono da rua” até “isso tudo é meu também”. Trabalhar a provocação nas perguntas foi um obstáculo que, enquanto pesquisador, precisei passar por cima. Assim como a pergunta **“O pixo deveria ser legalizado?”**, ela foi feita para provocar o entrevistado..

“É um protesto?” Aqui as opiniões são variadas, mas vão muito de encontro com a pergunta anterior sobre a comunicação. Poucos enxergam de fato o protesto que há na comunicação do pixo, mas muito pelo entendimento que há de protesto, em que protesto estaria baseado em algo político ou partidário. Os pixadores apresentam uma resposta mais simplificada em relação ao que eles fazem. Mas há aqueles pixadores e ex-pixadores que estudam o assunto e deram uma resposta mais profunda.

“O que você acha da abordagem da polícia?” Essa pergunta teve como propósito acumular o entendimento sobre o propósito da polícia no combate à pixação. A questão da segurança pública se revela como um importante ponto na discussão sobre o espaço privado. Diversos dos entrevistados consideram a ação da polícia normal, apontando que estão fazendo seu trabalho. Outros já consideram a ação policial extremamente truculenta. Há também aqueles que a considerem ineficaz no combate a pixação.

“Você enxerga a diferença entre pixar e grafitar?” Uma pergunta complexa para muitos dos entrevistados. As respostas foram variadas. Alguns apoiam e outros renegam o graffiti atual. Alguns tem nostalgia do graffiti vândalo, outros defendem. Muitos dos pixadores têm ligação com o graffiti de alguma forma.

“Considera o pixo como arte?” O debate artístico para os pixadores é algo muito simples. É arte e pronto, não tem o que questionar. Ela é um fato que se está livre para julgar, para entender dela o que bem quiser, mas questionar se isso é arte ou não, não é uma opção.

Capítulo II

Escrito na parede

Perceptivamente, a parede parece ter um propósito de limitação e de condução – Posso ir até ali, naquele muro preciso mudar minha direção - O que há por detrás daquele bloco, o que essa parede protege ou limita? As ferramentas, de uma parede parecem ter uma funcionalidade complexa, sendo parte integral da complexidade a qual a pixação se envolve. É obvia a naturalização que a sociedade pós moderna tem em relação ao muro. A princípio as pessoas tem na parede um entendimento de que a parede possuiria um dono, um comerciante, o dono de uma casa, o Estado, mas aos pixadores há uma ressignificação de quem tem controle sobre aquela parede virada para o público:

“[...] na minha cabeça me vem também “e de quem é aquela parede também? “ Está ligado, de quem se viaduto? De quem é essas paredes que os condomínios constroem?... Então de quem é isso tudo? o mundo é gigante e como certa parte é de alguém? Então o pixo também confronta isso, o que é de quem? Essa parede realmente é sua? (Mo)

Pode-se expressar qualquer coisa que se deseje através do muro. É possível encontrar desde o vulgo (o nome que o pixador/a escolhe para si e escreve na parede) de algum pixador até palavras de ordem. O pixador G. é um exemplo de quem costuma pixar para além de seu vulgo, apresentando também frases que denotam um protesto, uma indignação com situações políticas que o incomodam:

“Assim, quando eu pixo eu sempre boto uma frase no final. Eu pixei um viaduto lá no gama que eu coloquei ‘fora temer’ no final. Tem uma pixação aqui na rodoviária que já botaram ‘do congresso se gritar um pega ladrão’ falando do congresso,

colocou o nome entre parênteses. Também já pixei contra o aumento das tarifas dos ônibus ‘5 reais é roubo’” (G.)

A parede pode ser ferramenta para dar voz àqueles e aquelas que não tem lugar na sociedade, mas também significa uma ferramenta para o capital. As paredes oferecem uma grande visibilidade para o público, há um enorme trânsito de pessoas, e essas têm, constantemente, sua atenção voltada para as paredes. Como colocado por Tripodi (2008), as cidades possuem, ao qual trago uma tradução livre, o que ele chama de “espaços de exposição” que é nada mais que grandes áreas com valor comercial onde é possível expor produtos e serviços. Estes espaços são importantes tanto para o capital quanto para o entretenimento, quanto para reivindicar seu espaço na rua, quanto para expressar um desconforto.

Por fim, a parede tem como pressuposto o controle do espaço da rua. É mais importante que o prédio em si, é um material que pode expressar qualquer significado e que possui um fluxo de informação extremamente volátil e efêmero. Pode irritar mas pode inspirar, pode oprimir mas também pode alegrar quem passa e vê a parede.

O que é pixação e como ela se constitui na nossa sociedade?

No presente trabalho busco dar conta da dinâmica e da potência da prática da pixação utilizando a noção de campo de produção, tal qual Bourdieu dispõe. É extremamente difícil identificar os limites da pixação, mesmo após as diversas entrevistas incluídas neste trabalho. A escrita na parede interage constantemente com outros campos, as quais podemos incluir arte, estética, design, vandalismo ou mesmo política e recentemente (em especial por conta de sua ligação com o grafite) como um produto de mercado. Não há nenhum acordo oficial e universal que defina algum limite para esta prática cultural. Dessa forma, a pixação fica livre de qualquer conceito que se tente dar e se mantém em constante disputa entre os praticantes e com outros campos de produção cultural. Os limites ocorrem dependendo dos atores sociais daquele campo que vão dispor de diferentes conceitos. A prática também é compreendida de diferentes formas, dependendo da perspectiva social, política e moral de quem escreve e de quem vê, mas a prática ocorre autonomamente desses agentes.

Há uma intercorrência presente no processo da pixação. O que quero dizer é que o ponto de vista de quem pratica a pixação é condicional: “Podemos falar que a pixação é um ato

político, mas...”; “A pixação é vandalismo, mas...”; e assim vai, sempre oscila, a depender do ponto de vista. Na fala do pixador B., por exemplo, é possível observar esta intercorrência quando nos diz “(...) eu conheço uma gama de pixadores que fazem isso para ser alguém, para ser visto, para ter notoriedade, porque ele sabe que se não for daquela forma ali, ele vai continuar sendo um Zé ninguém(...)”. Só nesta fala, que se repete entre diversos pixadores, poderíamos dizer que a pixação é nada mais que uma ferramenta utilizada pela juventude urbana para comunicar algo, que, muitas vezes, é uma sensação de desconforto. Simbolicamente, estariam gritando “Eu existo, estou aqui”, é onde encontram voz, e muitas vezes, poder dentro da comunidade que se encontra. Mas a intercorrência ocorre logo em seguida, na mesma fala, do mesmo pixador:

[...] Acredito eu que a partir do momento que a gente agrediu, que a gente sujou, [...] que a gente pegou órgãos públicos, que a gente pegou monumentos, que a gente conseguiu ser visto, que a gente deu essa parcela de crítica, de manifesto, foi que o governo do DF criou projetos, [...] fez programa de grafite, [...] Conheço pessoas que foram para projetos e aprenderam a desenhar, aprenderam a grafitar e hoje vivem disso... eu não tô falando que a gente é salvador de pátria nenhuma não. A gente vem para sujar de fato, mas se for para olhar por esse lado de crítica, a gente tem uma parcela sim [...] (B.)

O modo em que o pixador e a escrita em si existem, dentro do cenário urbano, fazem parte de uma constante denuncia dos modos padrões de existência. Do sujeito e suas relações sociais que praticam a rua. Denuncia a individualização que o Estado faz dos jovens, levando a processos de identificação intensos através da violência da rua que parece ser o espelho de uma precária falta de acesso às instituições, à educação e ao espaço público.

O que poderíamos constatar, então, é que todos os pontos de vista sobre a pixação e sua função social-política, que está em comum acordo para a sociedade, para o Estado (através da força policial, em específico) e para os praticantes desta escrita é que esta cultura não possui regras bem estabelecidas e é feito por pessoas que querem quebrar todas as regras vigentes. Internamente há um condigo específico, mas isso não significa que há concordâncias sobre os

limites ou mesmo sobre o entendimento quanto ao que aquele processo tem por consequência ou alvo exato.

Este mesmo efeito intercorrencial que ocorre no meio da comunidade de pixadores também aparenta ocorrer na sociedade a parte, e com próprio Estado, especialmente naquele que representa este nas ruas, que seria a polícia. Essa confusão de sentidos, conceitos, direitos e deveres, se deve principalmente pelo conflito de entendimento de propriedade, tanto privada quanto pública, na qual pretendo trabalhar melhor nos capítulos que se seguem.

Segundo relatos dos pixadores entrevistados, a sociedade se divide entre aqueles que gostam, acham interessante e entendem boa parte do que está sendo expressado, através da tinta, e há aquela parcela da sociedade que menospreza e criminaliza o ato da pixação. A maior parte da confusão, inclusive entre a polícia, está na equívoca diferenciação entre grafite e pixação, adotando um entendimento de que primeiro são distintas, segundo que uma possui valor de mercado e a outra não (pixação), o que traz a tona um debate moral do campo dessa prática cultural que envolve a rua. A mídia tem papel central na formação do entendimento do que é a pixação e o grau de nocividade que este crime ambiental tem para a sociedade e a propriedade privada e pública.

A polícia já é diferente, o trato da pixação parte da perspectiva do Estado, todos os pixadores entrevistado entendem que a polícia está fazendo seu trabalho, onde as abordagens são mutáveis, por diversos motivos, podendo depender da região que o ato de pintar a parede ocorreu, se foi uma denúncia anônima ou flagrante. Isso, e outros pontos, parecem determinar o procedimento da polícia na hora da abordagem. É preciso que aplique a lei, mas aparentemente os agentes da polícia não seguem à risca o protocolo que a lei pede. Para exemplificar isso, o pixador K. fala um pouco sobre o procedimento dos policiais no flagrante:

“[...] geralmente não levam porquê além do tempo que eles vão perder pra espancar, eles vão perder para ficar lá respondendo o boletim do policial civil, então acho que faz parte do jogo. também querer demais que chegou o soldado da polícia e pega na sua mãozinha e te leve para casa falando que está errado e que é contra as leis e que ele tem que fazer o papel dele, Acho que é pedir demais, acho que faz parte do jogo abordagem deles serem

assim... não raramente você pode ver coisa diferente, Às vezes o cara tá te dar um sermão como se fosse um pai e mesmo e te libera, já vi isso acontecer, raramente viu, porque a maioria é soco porrada e bomba [...]” (K.)

Em diversos momentos de conversa é possível retirar falas sobre policiais que deixam de aplicar o procedimento, preferindo aplicar sermões, pressão psicológica ou mesmo uma violência mais pesada: pintar os praticantes com as latas de spray de tinta encontradas no local.

O campo da Produção Cultural

Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de campo de produção cultural. Este é um fenômeno relativamente recente e observável na sociedade, surgindo junto à modernidade. É a tentativa de entender a prática artística e também de sua produção. É a partir dos estudos dessas práticas que poderíamos passar a entender e reconhecer o potencial e a necessidade social e política que este campo exerce na sociedade (BOURDIEU, 1996).

É na sociedade moderna que surgem indivíduos competindo para ter o monopólio sobre a autoridade artística, ou seja, competem para decidir quem há de conceitualizar a arte e cultura e como esta influi na sociedade, qual a sua razão de existir e o seu fazer político. Há, portanto, uma arena onde são feitas as tomadas de decisões, onde os indivíduos daquele campo estão em constante disputa pelo poder do campo, ou seja, busca-se obter o reconhecimento de seu poder frente aqueles que se encontram no centro.

Neste campo de produção cultural há uma representação de práticas que exigem habilidades específicas, atitudes específicas, é preciso que se adote um estilo de vida orientado por uma comunidade. É inegável que o campo da pixação dispõe de uma série de valores, conceitos, normas e definições que podem ser submetidos a observação e investigação, tal qual qualquer outro campo de produção cultural. Não atoa, um dos pixadores responde à pergunta provocativa “O pixo é arte?” com a seguinte resposta:

“O pixo pra mim é uma liberdade de expressão. Porque a gente tá se expressando de alguma forma.... O pixo é ilegal mas é uma forma artística da gente se expressar” (Ro.)

O que me reforça a ideia de que a pixação se encontra enquanto um campo de produção cultural na sociedade moderna, e mais intensa na sociedade, é reforçada por outra fala, feita pelo pixador B., na qual ele afirma intensamente que a pixação nada tem a ver com prejudicar alguém e em seguida diz:

“[...] a pixação é e ela sobrevive para que as pessoas dali, daquele meio, daquele círculo se reconheçam, ganhem sua notoriedade, se torne famosa, nada mais é do que isso”. (B.)

Em outras palavras, há um campo social bem firme e estabelecido, com capacidade de dar nome a si mesma e com signos próprios daquele campo. Os membros desse campo reforçam e competem entre si pelos “picos” mais altos, por mais notoriedade, como colocado pelo entrevistado. Tudo isso torna, ou deveria, a pixação como um campo cultural de relativa importância na vida social moderna e pós-moderna, há nesta prática um potencial de político.

Capítulo III

Sobre Espaço Público e Espaço Privado

Neste capítulo há que se entender, primeiramente, que a literatura disponível sobre propriedade privada e pública estão contidas no debate da função social e política desses espaços. A princípio não parece haver qualquer ligação dessas funções subjetivas com os discursos daqueles que utilizam as paredes desses espaços físicos como suporte para comunicar seus desconfortos e reflexão sobre o cotidiano da vida privada e pública contemporânea. Pretendo, portanto, buscar fazer as conexões necessárias para que possamos avançar no entendimento mais profundo da relação que há entre o campo da pixação e as noções de espaço privado e espaço público.

O debate sobre estes dois espaços é importante, também, ao passo que é preciso entender quais são os possíveis limites que o campo da pixação tem para si. A opinião sobre esse limite é muito discutida e bastante diversa entre os e as pixadoras. Para alguns é importante que se tenha algum limite, evitar pixar escolas públicas e portões de casas, por exemplo. Mas

para outros não há limites. O pixador M. argumenta que alguns locais não valem a pena pois não é possível “passar a mensagem” (M.), seu alvo fica restrito a lugares mais públicos que estejam em processo de deterioração, falta de cuidado e abandono.

O sentimento dos pixadores passa pela ideia de propriedade comum e livre para uso de expressão. É como o pixador R. se expressa “Esse sentimento de posse é por que eu imagino que aquilo que eu pinto está sendo de propriedade coletiva, entende? É um viaduto que é meu e teu, coisas que a gente paga por aquilo, e que é nosso, eu imagino que seja nosso”. (R.). Mas esse limite parece se quebrar quando se trata de espaços privados que exercem uma função social de maior status, como shoppings, que é onde o pixador R. entende que ali está sendo uma pixação de cunho mais político, de combate ao sistema:

[...]Pixar shopping é afrontamento, é interessante, eles sempre se acham no topo, um império, tem aquela muralha ali ne. Tentam guiar a gente na forma de se vestir, de consumir. O desrespeito a eles é uma coisa interessante. Chamaria isso de protesto, contra o sistema, contra o stablishment. É sempre aquela pirâmide hierárquica, aquela galera que detém mais dinheiro detém, até os meios de comunicação, os padrões que a gente tem que seguir [...] (R.)

É a partir destas provocações que tento, neste capítulo, discutir uma breve história dos conceitos que envolvem o espaço público e privado, buscando fazer paralelos com as experiências e conhecimento daqueles que vivem e transformam a rua. É de suma importância pontuar que a noção de espaço público e privado está sujeita as condições em que são discutidas, dos sujeitos, da cultura e também de suas finalidades a partir dessas e outras condições. Ou seja, o público e privado “como qualquer outra divisão que, para ter sentido, tem de se inscrever na história, não é evidente e é sujeita a equívoco. Ela não tem sentido em si mesma” (ORLANDI, 2011). O trabalho, portanto, segue uma discussão na qual julgo ter melhor se encaixado com os discursos coletados sobre o lugar político da pixação dentro de ambos os espaços, possibilitando uma revisão dos conceitos envolvidos e possibilitando novos horizontes ao entendimento desses locais.

Espaço e propriedade pública e a Pixação

O espaço público tem uma ligação bem íntima com o crescimento da burguesia na história da sociedade ocidental e também com um processo de crescimento urbano extremamente rápido, momento esse que faz surgir um Estado burguês. A partir daí surge uma ordem social extremamente específica, com uma razão burocrática de funções na sociedade. A lógica passa, aos poucos, a dar espaço para o mercado, aliás, esta é a nova racionalidade de espaço. O espaço é o mercado (RODRIGUES, 2001, pp. 38).

Esse espaço público de que cito passou, e ainda passa, por mudanças constantes. Isto é, a opinião pública que antes pertencia à sociedade civil, passou a ser constantemente alterada de acordo com os interesses econômicos e políticos, este espaço se transformou, segundo Habermas, em um instrumento de profissionais que se especializaram em manipula-la. Em Habermas, o espaço público não passa de uma reunião entre pessoas privadas. Desempenham tanto o papel de donos do espaço quanto utilizam o espaço público. No caso, a esfera pública de Habermas nada mais é que o modelo burguês de organização social e política (HABERMAS, 2003 pp. 74). Para Habermas, portanto, o público se tornou um “meio” caminho entre o que se entendia por público e o indivíduo em vida privada transferindo os sentidos envolvidos numa vida privada para o público (HABERMAS, 2003 pp. 30).

Apesar dessa conexão, Habermas, que debate a questão do espaço público a um nível de função política, estabelece que o único princípio necessário para a esfera pública é que seja aberto para todos. Ou seja, a opinião pública é construída de forma racional, com múltiplas argumentos e contra-argumentos. É, então, o método de intermediar as questões do Estado e as necessidades da população (HABERMAS, 2003. pp. 48 -71). É a partir de Habermas que entendemos que os dois espaços, público e privado, se tornam intrinsecamente ligados.

Nessa perspectiva, e entendendo como se dá o processo de reflexão da sociedade sobre a pixação, é importante reforçar o papel da imprensa dentro desse espaço público de Habermas. As mídias têm uma função extremamente específica dentro do debate e do espaço público que é o de reger a opinião pública, é o segmento que planeja a venda de produtos e também da razão do mundo social e político. Exerce, portanto, o papel de planejar e manipular o consenso, utilizando símbolos distorcidos que tornam difíceis a refutação, fazendo com que o privado só possa concordar e se identificar, o público, para o autor, é primeiramente um empreendimento do capital e segundo é somente uma encenação de opinião (HABERMAS, ano, pp. 217 – 254).

Dito isso, a razão pré-estabelecida sobre os malefícios da pixação na sociedade contemporânea e pós-moderna tem seu lugar em um entendimento, ao que parece, pouco complexo e tratado de forma simplista e capitalizada, além de ser nada aprofundada, sempre sob a perspectiva de criminalização, que se reflete na população, dificultando um entendimento sobre o lugar do pixador enquanto voz da rua. Capitalizada pois o público, que antes pensava na cultura passa a pensar naquele que consome cultura (RODRIGUES, 2001. pp. 4 -5).

“Não sei se vocês sabem, mas a pixação foi criada nas periferias como uma forma de mostrar que a parte esquecida não está realmente esquecida, estavam querendo ter um espaço na sociedade, pode ser pelo lado bom, pode ser pelo lado ruim. Pra² muita gente é coisa ruim. Então assim, foi a forma que encontraram de entrar pra sociedade, pra ver eles e não passar esquecido, passar batido. Então é uma forma de mostrar o cotidiano que você vive. Se você perceber, a maioria dos pixadores são de cidades satélites. Você já cresce vendo os pixadores, as gangues. Então assim, é uma coisa das classes baixas” (G.)

A exemplo de como ocorre o debate da pixação no jornalismo, e conseqüentemente na vida privada das pessoas que no fim se reflete na interação dos espaços públicos. Em determinado momento de um artigo publicado pelo Metrôpoles, no dia 14 de julho de 2018, que relatava a falta de punição que os pixadores tem, mesmo com a lei distrital nº 6.094/2018¹, um comerciante relata que colocou uma placa na parede com os dizeres “Sr. Pichador, para cada mês que esta loja não for pichada, o proprietário concederá 3 cestas básicas para uma instituição de caridade pertencente a cidade do Guará”. Ao que o comerciante ainda diz “a proposta visava ajudar os mais necessitados”. Mas o artigo em momento algum busca entender a motivação do ato, o que provoca ao comerciante e a sociedade em geral a ter a falsa noção de que os pixadores o fazem pelo simples fato de vandalismo.

¹ Institui multa de cinco mil reais se flagrado escrevendo em prédios públicos ou privados e dez mil reais caso o ato tenha sido feito em monumento ou bem tombado.

Quando se aproxima da conversa com alguém do campo é possível ouvir que “[...]meu papel que é o de escandalizar, que é o de manifestar, que é o de fato de agredir, que quando você agride você tem uma resposta, é aquela soma da reação que eu te disse, quando a gente pensa que a pixação é para esse intuito que ela é para que alguém veja que tem algo errado acontecendo” (B.). Isto é, não vai ser a doação de 3 cestas básicas que vai para o pixador. Ele quer que nós, cidadãos, nos devemos entender que essa discussão é de interesse público. É quase um suplico para que entendam a mensagem que está sendo repassada. Anterior à esta fala do pixador B., ele diz ainda:

[...] não necessariamente você (a sociedade) tem a obrigação de achar bonito, achar belo. Então, quando as pessoas fazem uma crítica em relação a uma pixação, eles estão fazendo (crítica) baseado naquilo que já vem na cabeça deles, eles já estão sendo influenciado a achar que ali é errado sem entender o porquê daquilo, ele não sabe qual mensagem, não sabe o que é o que tá escrito, não sabe o que que tá acontecendo ali, [...] ou seja, todo mundo é manipulado a aceitar a verdade de uma outra pessoa” (B.)

O artigo se mantém, durante todo o seu discurso, na perspectiva de palavras e símbolos que não ajudam na discussão pública do assunto. Palavras como “vândalo, punição, emporcalhar” e assim segue. Se tomarmos como espaço público ideal aquele que se estabelece uma racionalização coletiva dos assuntos públicos e não uma falsa opinião pública gerada pelo jornalismo, então teríamos, primeiramente, uma conversa sobre a mensagem ali contida e segundo teria a opinião daqueles que fazem parte do campo da pixação.

Há que se dizer que o espaço público não é capaz de conter todas as narrativas. Aqui já podemos fazer conexões no que se constitui o campo da pixação no debate sobre propriedade pública. Só o que é relevante, só o que é tolerado e “digno de ser visto e ouvido” (ARENDDT, 2007, pp. 61) é que se consagra dentro da esfera pública. Bem, então onde a pixação se encaixa dentro da realidade da esfera pública? Não se encaixa, pois não compartilha da mesma racionalidade que o status quo demanda. A pixação utiliza de uma linguagem que poucos

querem ou buscam entender, mesmo que boa parte desse mundo seja a tentativa de expressar uma necessidade, mesmo que seja a tentativa de expressar uma realidade muito mais concreta do que a que o status quo representa.

A concepção do espaço público que Arendt expõe, que se expressa na capacidade da ação e fala, pressupõe que os indivíduos deste espaço estejam em plena condição humana. O que quer dizer que estão em pleno exercício de sua liberdade. O que não se configura as e aos pixadores que estão em um local de exclusão, que nada mais é a impossibilidade de exercer total existência humana. E essa exclusão também, segundo Hannah Arendt (2007), é demarcado pela lei. Aqueles indivíduos em situação de marginalização em relação a lei estão excluídos da proteção da lei, uma condição humana. Ora, se estes indivíduos não podem exercer sua total condição, então igualmente não seriam vistos enquanto incluídos nos espaço público (LAFER, 1988, 150 – 153).

Como posto por Francisco Ortega, Arendt procura expor alternativas de pensar e de afrontar, romper com contingente. É recusar os signos e metáforas vigentes no imaginativo político. Há uma vontade de agir, transgredir e até mesmo de superar os limites impostos pelo status quo (ORTEGA, 2001. pp. 228). Isto é, para Hannah Arendt, existem diversas, múltiplas, formas de ação, diversos espaços públicos que, podem ou não, ser alterados e que existem por meio do discurso e da ação. O espaço público para Hannah Arendt é a ação política instantânea. Como expressam a dupla de pixadores D. e G., há uma razão sendo expressada que está fora do padrão de discurso que a política tradicional “exige”, representa um ritmo frenético que as pessoas da rua passam:

[...] a gente ouve muito que ‘ah, mas não é o deputado que limpa, é uma pessoa do gueto que limpa’, mas não é pelo limpar é mais a denúncia de que aquele bagulho também é nosso e tá tudo uma bosta. (D. e G.)

O que se pode concluir, a partir de Hannah Arendt, Habermas e as pixadoras, no que tange o espaço público e a pixação, é que um espaço público só se faz efetivo se este é construído de forma a todas as pessoas poderem se comunicar, ouvir e falar uma com as outras. A separação das experiências subjetivas e individuais que possuem valor na vida privada e social não deveria ter lugar no espaço público. É o diálogo que constitui o espaço público, um

convívio mais humano só é possível dessa forma. Hannah Arendt diz que “Por mais que as coisas no mundo nos afetem, por mais profundamente que elas possam nos emocionar e nos estimular, elas só se tornam humanas para nós quando podemos debate-las com nossos semelhantes”(ARENDT, 2007, pp. 34 – 35).

Habermas ainda chama atenção pra capacidade da sociedade civil de interferir nas questões políticas. Atores que antes eram negligenciados, nesse caso, pixadores, possuem a capacidade de assumir um papel de inverter a expressão pública sobre as estruturas e no sistema político, buscando soluções para as desigualdades que a esfera pública e o sistema político pareciam ser incapazes de enxergar (HABERMAS, 2003, pp. 115).

Espaço e propriedade privada e a Pixação

O embate entre pixação e espaço privado parece ser ainda mais intenso do que aquele que ocorre no espaço público. Por mais que alguns pixadores entrevistados afirmem evitar tais locais, inclusive dizendo que não gostariam que ninguém pixasse os muros de sua própria casa, ainda há um confronto direto com o que a propriedade privada parece representar, em especial para os pixadores jovens. A pixação não só se impõe contra as autoridades hegemônicas como também procura apresentar seus valores próprios, permitindo que sua voz tenha mais visibilidade.

O espaço privado representa os valores de um sistema que os pixadores entendem como opressor. Como dito no segundo capítulo, os pixadores buscam voz através das paredes. Ou seja, este espaço é a personificação da rejeição que estes jovens sofrem, é a máxima da barreira que precisam enfrentar no dia-a-dia. Pixar uma propriedade privada tem um significado muito mais profundo do que parece, é como se aquela pessoa pintando a parede estivesse se apropriando de algo que ela não teve e talvez nunca venha a ter, que é a propriedade privada, uma família estruturada e todos esses signos que acompanham o espaço privado criado e sustentado pelo estilo de vida pós-moderno. A pixação, nesse momento, parece ter uma função de quebrar com a noção normativa de espaço público e espaço privado.

É um desafio à propriedade privada na medida em que subverte a ordem simbólica da cidade, se apropria de outrem como suporte para comunicar um desconforto ou apreciação de suas experiências com a cidade.

A discussão que envolve a propriedade privada passa necessariamente pelo autor John Locke, em um período que chamamos de teoria política moderna. Na qual o argumento é direto e sem negociação, a propriedade privada é um direito natural. A apropriação de terras comuns pelo indivíduo, para Locke, seria de grande valor para a sociedade, pois esta apropriação dizia respeito ao trabalho elaborado por aquele indivíduo que posteriormente retornaria seu valor à sociedade. Essa apropriação da propriedade comum teria como um de seus princípios o consentimento de outros, ao qual estes outros seriam também donos de propriedade (LOCKE, 1976, pp. 97 – 112). Essa noção de propriedade privada dada por John Locke é um dos conflitos na qual os pixadores estão constante choque:

“Então o pixo também confronta isso, o que é de quem? Essa parede realmente é sua? Você teve meu consentimento de construir essa parede também? ela tem o consentimento da população também? Da minha não teve, tá ligado, ninguém me perguntou se eu me importava com essas paredes” (M.)

Reforça-se, através da fala do pixador M., o caráter desafiador das noções do espaço privado que a pixação e diversos de seus praticantes buscam. Também é ressaltada a noção de Locke em que não há consentimento de toda a população para a apropriação de terras, mas que há uma hierarquia, uma relação de poder para quem pode ou não consentir com a propriedade individual do próximo.

É importante destacar que, assim como em qualquer campo, há discordâncias e disputas quanto aos limites da pixação. Na propriedade e espaço privado também se submete a um limite que alguns pixadores e pixadoras se impõe, passando inclusive por uma noção moral e individual do que constitui estes espaços. Em algumas entrevistas houveram ainda aqueles que se limitavam a não pixar paredes de casas e comércio pois estes se encontravam em seus bairros de origem, na qual todas e todos os moradores daquela região reconheceriam o sujeito pixador:

“Eu particularmente não gosto de pixar casa, eu sempre pixei comércio e órgão público... porque na Santa Maria

eu morava em principal e todo mundo se conhecia e tal se eu pixasse casa sempre vinham atrás de mim [...]” (S.)

Outro debate levantado por alguns entrevistados é o fato de que pixar casas e alguns comércios traz pouca ou nenhuma visibilidade no campo, mas principalmente porque teria pouca visibilidade de pessoas que transitam na rua. Ao que diz o pixador Mo. “[...]Eu não gosto muito, na verdade, quando eu pixava não gostava muito de pichar casas particulares e nem shopping... eu gostava mais de pichar outros muros, ou no centro da cidade que é aonde tem o maior (fluxo de pessoas)... que ali no centro da cidade é a ponte né, é ali onde está todas as informações, as pessoas passam ali, então eu gostava” (Mo.). E parte do ato de pixar e de ganhar notoriedade esta justamente em pixar em locais de grande circulação de pessoas.

Na concepção de Rousseu (2002), a propriedade privada surge justamente para que o homem saia do estado de natureza e passe a estar no estado de guerra de todos contra todos. Com Hobbes (2019), a propriedade privada surge sob a necessidade do ser humano se proteger. Mas Hobbes afirma que tal atitude não tem qualquer utilidade pois não há qualquer garantia que a posse da propriedade tenha reconhecimento, principalmente porque vivemos em uma sociedade de guerra entre os mais fortes e os mais fracos. Hobbes (2019) afirma que a propriedade privada é garantida por um soberano, pois tudo pertence de modo absoluto ao Estado. Enquanto isso, Rousseu (2002) dá à vontade geral, ou seja, o povo a prerrogativa de serem governados. Abdicam de sua liberdade civil para que tenha a individualidade civil. Portanto, para ambos, a propriedade privada não é um direito natural, diferente de Locke, mas representa um direito civil.

Há, na pixação, uma questão de reivindicação muito parecida com o que Marx originalmente analisou, o processo de transformação da propriedade. A propriedade privada de Marx é nada mais nada menos que capital. É a exploração da mão de obra através do trabalho assalariado. Esse trabalho é transformado em capital. Então, a propriedade individual, longe da propriedade comum, é baseada na aquisição de terras para os meios de produção (MARX, 2004 pp. 106 -108).

Quando digo que a pixação tem algo de parecido com a análise de Marx, é pela noção que o pixador K. nos traz. Na fala dele há que se entender que a pixação possui uma questão de reivindicar os meios de produção, no quesito propriedade privada. Tendo em vista que a

pixação é produzida, majoritariamente, por pessoas em classes mais baixas e em condições de desigualdade social, ou seja, proletariado, então há ali na parede uma tentativa de reivindicação do proletariado.

“Geralmente o cara que é um pixador, ele não tem uma condição social muito boa, às vezes ele não tem nenhuma propriedade privada, às vezes apenas um celular, então só dele pixar um muro já é uma forma de protesto se você ver por esse lado, porque na verdade ele está protestando esse muro” (K.)

Podemos falar, então, do elemento de desigualdade social a qual o pixador está inserido. Não que o ato de pixar seja exclusivo de um sujeito em condições sócio econômicas desiguais em relação a outros. Mas há que se considerar que existem estereótipo e condições, como já dito, que envolvem este sujeito que pixa enquanto uma possibilidade de ganhar voz e reconhecimento perante uma sociedade desigual. A relação de poder entre aqueles que detém o monopólio de um espaço privado, ou que se possa recorrer a este espaço, é, conceituadamente pelos pixadores em suas falar, diferente daqueles que utilizam da pixação enquanto voz:

“[...] minha visão do pixo é que, com certeza quando você vai ver um pixo, sei lá, no lugar onde a classe é outra, você não vai imaginar que um playboy que fez aquilo, você vai imaginar que alguém do gueto passou ali.”(Mo.)

Considerando o que é posto por Marx, a propriedade privada é um “objeto” de suma importância para a existência. Citando Marx: É o “trabalho e a capitalização” (MARX, 2004). É o meio da vida. A busca pela apropriação desse espaço pelo pixadores, pois a propriedade existe para nós enquanto capital, é compreensível como parte de uma reflexão das desigualdades impostas pelo capital e conseqüentemente pela propriedade privada.

Capítulo IV

Sobre espaço e propriedade comum e a Pixação

A cidade e seus espaços, privado e público, constituem um conjunto de múltiplos conflitos sociais e políticos, ao qual, como relatado nos capítulos anteriores e por Antonio Negri, formam uma relação de poder múltipla e também estabelecem o surgimento de um contra poder (relações de força na sociedade), ao qual atribuo este conceito à pixação, no contexto deste trabalho (NEGRI, 2006, pp. 181). Compreendemos então, que o público e privado promovem uma relação de desigualdade, por conta de sua capacidade de gerar uma relação de poder. Ao qual o contra poder, a pixação, através dos discursos coletados para o trabalho, parece tentar denunciar e romper.

Negri (2005) aponta que a propriedade comum, através de um ponto de vista jurídico, seria uma propriedade que, ao invés de ter chefes ou donos públicos, pertence a sujeitos que são ativos naquele setor ou naquela realidade, é administrado por eles. Há este ato em que os sujeitos gerem os espaços e os serviços dos quais estão inseridos. A propriedade comum não passa somente pelo Estado, mas também pelos sujeitos que dão sentido e exercitam a função daquele espaço comum.

Diferente do processo que se exercia pelo Socialismo, por etapas, faz-se isso e depois faz-se aquilo, agora tudo se movimenta junto, de uma vez só. Dessa forma, para além da propriedade pública, possibilita-se a atuação em caráter público da construção de espaços comuns mais realistas, com estruturas comuns. Atuam-se, nesses espaços, a vontade de decisão, desejo e capacidade de transformação dos sujeitos.

Este comum, está fundamentado na movimentação e na comunicação entre os sujeitos. Não existe um comum que possa ser referido simplesmente a elementos orgânicos ou a elementos identitários. Essa propriedade comum se movimenta através do reconhecimento do outro, através da relação com o outro que se desenvolve também nessa realidade.

Quando falamos de multidão por exemplo, como cita Negri, primeiro estamos falando de uma série de elemento que se fazem presentes no constituir do comum. Mas ser somente multidão não se mostra o bastante. Construir multidão, construir comum, fazer de forma comumente, fazer dentro do comum é o pilar. Multidão é, portanto, um grande conjunto de diversas singularidades, sujeitos, em relação umas com as outras através de formas também

diversas. A multidão nada mais é que o reconhecimento do outro. A singularidade, segundo Negri, constitui-se na relação com o outro, e que este se define na relação com o outro. Sem o outro, ele não existe.

Para exemplificar melhor como a singularidade explica o comum, o autor utiliza o Brasil como exemplo, onde as funções de raça e poder se uniram para criar diferenças sociais que se tornaram hereditárias e difíceis de se superar e que supõem diversos elementos para que se negue a democracia e a própria possibilidade de utopia. Dessa forma, ir em busca do comum não significa necessariamente buscar realidades pressupostas.

Trago então a questão da cultura da pixação, em que se caracteriza uma relação com o outro, uma paixão com a atividade e alimentado pela coletividade de iguais em que busca-se, quase que sem querer, sem se importar com o sistema ou como a sociedade se estrutura no *status quo*, quebrar com a ideia da estrutura de propriedade pública e propriedade privada, ou seja, quebrar com o individualismo. Essa atividade cria, a cada tinta na parede, uma nova razão e questiona a razão individualista. A razão passa a ser, mesmo aos que não conseguem ler aquele alfabeto modificado, a prática, imaginação e mesmo cooperação. Proporciona-se um novo olhar sobre os espaços, não importando se este seria em contrário a proposta de apropriação e reapropriação do espaço pelo pixador, que inscreveu uma crítica de forma subjetiva, ou se a favor dessa possível nova realidade do espaço público e, ou, privado.

Para fins de entendimento, exponho a fala do pixador B. em que podemos atribuir, de certa forma, uma construção de multidão, comum e singularidade, exposta por Negri, na cultura da pixação:

“[...] Eu costumo pensar da seguinte forma: o espaço, a parede, se ele pertence a alguém por dado momento é porque foi comprado, foi cedido, foi alguma coisa assim... é da pessoa, o muro é da pessoa e até então eu não estou tirando nada da pessoa, eu não estou tirando nada, eu tô só acrescentando tinta, eu costumo dizer que eu sei do erro que é isso, mas eu não faço com o intuito de prejudicar a pessoa, porque meu intuito é uma outra

coisa, é atingir um outro público, é uma outra mensagem.” (B.)

Nessa fala, há dois elementos que chamam atenção, ao resgatarmos o que foi dito anteriormente. Primeiro, há o reconhecimento de que aquela propriedade não “pertence” ao sujeito pixador, principalmente por que haveria ali um capital envolvido, o que torna aquele local uma propriedade privada. Segundo, a fala do pixador nos remete ao que Negri, citando Spinoza, chama de nova razão: “Eu não estou tirando nada, eu tô acrescentando tinta ...não faço com intuito de prejudicar a pessoa...é uma outra mensagem”. Mesmo que não se entenda, de primeira, a mensagem ou que nunca se entenda a mensagem, é óbvia a tentativa de quebra da razão individualista, da quebra de propriedade privada e pública. Digo que é óbvia a mensagem pois na fala seguinte de B. temos o seguinte:

“[...] A pixação é o meio que a comunidade pobre ou carente ou necessitada, [...] uma das únicas formas que se tem de demonstrar que tem algo errado.” (B.)

E logo depois:

“[...] o meu papel que é o de scandalizar, que é o de de manifestar, que é de fato de agredir, que quando você agride você tem uma resposta, é aquela soma da reação que eu te disse, quando a gente pensa que a pixação é para esse intuito que ela é para que alguém veja que tem algo errado acontecendo, que tem adolescentes de 12 a 17 anos saindo de casa com tinta na mão, para subir em muro para pixar, ele poderia sim ter sido educado, ter sido orientado para tá fazendo de uma outra forma...”
(B.)

Perceba, então, que os discursos jogados nas paredes constituem uma tentativa de tornar a razão, ou realidade, muito mais concreta, mais comum e menos abstrata. Confronta-se a realidade dos espaços, criada por quem não às vê enquanto realidade concreta. É uma resposta a vida pós-moderna e da propriedade privada, interferindo na metrópole.

Em diversas entrevistas surgiram pixadores e pixadoras que colocam a pixação somente como expressão do ego, onde aplica-se muito mais individualidade, excluindo a singularidade ou que a atividade se concentra apenas entre aqueles e aquelas que a praticam. É como afirma a pixadora S.:

“Eu acho que começou como protesto e depois passou a ser só entre a gente, a gente com a gente mesmo, tanto é que a gente não passa nossa mensagem, a gente passa o nosso nome, a nossa gangue. Então pra quem não entende, quem não é pixador, é só um nome, uma sigla.”
(S.)

Ela entende a pixação como algo particular a um grupo, à cultura da pixação. Mas ainda assim, mesmo sem o entendimento da mensagem, a razão abstrata de entendimento daquele espaço se quebra para quem, mesmo na correria, percebe que a parede se alterou, algo diferente surgiu. O pixador M. argumenta que “a pixação tem isso, a pessoa passa um dia e no outro dia ela vai ter um choque ‘oxê, não tinha aquilo ali’. Nossa, que diferente, nossa, que agressivo, nossa que sujo, que feio, diferente, como é que ele chegou ali” (M.).

Esta parte do debate sobre a “função” da pixação para quem está inserido no meio e para quem a vê, passa pelo conceito de conflito de Rancière, onde o desentendimento perpassa nas disputas sobre o que se pretende em suas reflexões. É através da palavra, nesse caso entendida ou não, que há se cisma a perturbação. O sensível passa a ser objeto de conflito. Esta é, para Rancière, uma situação centrada na política. Tal tópico será melhor discutido nos capítulos que se seguem. Mas a princípio, é no conflito (no caso que apresento o conflito se dá entre diversos elementos como propriedade privada, pixadores, propriedade pública, polícia e cidadão fora do meio da pixação) que a ordem, a razão sensível é posta em questão. Ao qual Rancière afirma:

“Existe política porque aqueles que não tem direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio

enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (Rancière, 1996, p. 40)

Conectando a constituição do comum de Negri, podemos aplicar a frase “dois mundos alojados num só” ao conceito de propriedade comum. Ao qual, também a partir de Rancière, podemos ter o entendimento de que a cultura da pixação parte de um princípio de quebra da razão, em específico da razão da propriedade e espaço privado/público. O que quero dizer é que a pixação apresenta uma resposta direta e de confronto ao estilo de vida capitalista e a propriedade privada. Interfere na metrópole. Reflete a experiência individual urbana em meio a propriedade privada e pública. Possibilita-se então, através desse conflito, uma nova razão desses espaços políticos.

CONCLUSÃO

As pixações - simbologias encontradas refletidas nos muros e monumentos da cidade - têm sido consideradas por anos por boa parte da sociedade como um ato reducionista de vandalismo e poluição visual. Entretanto, nada há de simples nos símbolos vistos constantemente em cada canto nas cidades, inclusive no Distrito Federal.

A cultura da pixação se encontra em um local de produção socioeconômica, político e cultural que, por bem ou por mal, inteligível ou não, parece interagir com a sociedade: influencia o discurso, o pensar e o agir político daqueles que vivenciam a rua, seja como vias de chegar ao seu local de trabalho, seja como tela para produção de suas inquietações ou como forma de se fazer presente.

A pixação tem a capacidade de criar experiências impactantes e de despertar novos olhares e novas associações. Mas esta visão só é possível se houver uma análise divergente da perspectiva reducionista do vandalismo e da sujeira que o Estado, junto à mídia, aplica em suas políticas de combate à pixação. Há uma relação entre cultura, comunicação e política no gesto

de pixar. O grafite e a pixação acompanham a mudança constante da cidade. Provoca um rastro de registros de experiências e interações, deixa uma certa “emoção” à cidade. Ou seja, são marcas efêmeras com camadas de tintas, que podem desaparecer para sempre, mas registrou algo estético, político e social.

Há, portanto, uma ampliação de análise do tema da pixação na cidade, quando se superam as perspectivas, reducionistas, de banalização, criminalização e moralização, gerando uma reprodução ou resistência aos sistemas de dominação. A pixação como forma de comunicação e cultura contemporânea surge de sujeitos sociais e políticos, sendo capazes de apropriar e subverter, em uma pluralidade de discursos dialéticos, podendo ser encontrada ao redor das cidades de formas diversas.

Embora a pixação não tenha, a princípio, conteúdo político, há uma virtualização da luta contra as desigualdades produzidas pelo contexto social que rodeia o pixador e sua *gang*. Ou seja, expõe as desigualdades sociais através de rabiscos, através da simbologia própria e inelegível àquelas e aqueles que pouco se importam com os problemas sociais expostos através das vias informais. O pixo se representa através de uma luta simbólica contra uma fachada da estética da propriedade privada/pública e vias formais de educação, política, social e linguística - muro branco - e contra um Estado e sociedade capitalistas que não os enxerga enquanto sujeitos, que os negligencia em todas as suas formas.

Por fim, a pixação e o grafite – não autorizado – são pouco compreendidos pela sociedade e pelas autoridades, que por vezes demonstram uma visão reducionista da questão. A multifaceta do pixador entra em contraste com a subordinação da ação política e a espetacularização da mídia, que reduzem a importância das manifestações públicas e de massa. A pixação expõe as desigualdades e demonstra a força que as instituições têm de manipular a cultura, um dos principais campos para a manutenção da dominação.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. Tradução: Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2007

BOURDIEU, Pierre. *The Rules of the Art: Genesis and Structure of the Literary Field*, Cambridge, Polity Press. 1996 Stanford, Stanford University Press.

BOURDIEU, Pierre. *The Field of Cultural Production: Essays on Art and Literature*, Cambridge, Polity Press. 1993. New York, Columbia University Press

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge. (org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, v. 1, 1ª ed., p. 62-83, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf Acessado em: 08/02/2019

SOUZA, Karolyne Antunes de. *Mensagem e rua a partir de falas de pixadores e grafiteiros do DF*. Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação. Brasília. 2018

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo. Companhia da Letras. 1 reimpressão. 1988.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis. 3ª edição. Editora Vozes. 2001

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo. 1ª edição. Boitempo editorial. 2004.

ARAÚJO, Saulo. *Só no papel: DF tem lei para multar pichadores, mas ninguém é punido*. Metrôpolis. Brasília. 14 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/so-no-papel-df-tem-lei-para-multar-pichadores-mas-ninguem-e-punido>. Acessado em: 12/01/2019.

NEGRI, Antoni. *A Constituição do Comum*. Transcrição da Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. 2005. Rio de Janeiro. Rede Universidade Nômade e Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS). Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31672833/Antonio_Negri_constitui_comum.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1548690442&Signature=onEz6TJChLyWGUH1wyQtnf6QGfM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAntonio_Negri_constitui_comum.pdf

_____. *Império*. Rio de Janeiro. Editora Record. 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação política e social. v. 36. n. 3. Edição e Realidade. Porto Alegre. 2011.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. Trans/Form/Ação. Pp. 225-236. São Paulo. 2001.

RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento: Política e Filosofia. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo. 1 ed. Editora 34. 1996.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Estratégias da Comunicação. 3 ed. Lisboa: Presença, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. Tradução: Rolando Roque da Silva. Versão para Ebook. Edição Ridendo Castigat Mores. 2002. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>

TRIPODI, Lorenzo. Space of Exposure. Lo Squaderno. 2008.